

Ata nº 86 / XIV / 2.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de setembro de 2021, pelas catorze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeus, no formato **Mesa e Coordenadores**, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados abaixo referenciados, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

§ Único: Audição do representante da Frente Polisário, na Bélgica, Senhor Omar Mih.

Compareceram à presente sessão os Senhores Deputados:

- Luis Capoulas Santos, que dirigiu os trabalhos;
- Carla Miranda (PS), em representação do Presidente da CNECP;
- Nuno Carvalho (PSD);
- Carlos Alberto Gonçalves (PSD);
- Susana Correia (PS);
- Paulo Porto (PS);
- Isabel Meireles (PSD);
- Paulo Porto (PS);
- João Oliveira PCP);
- José Manuel Pureza (BE);
- Pedro Bacelar de Vasconcelos (PS);
- Fabíola Cardoso (BE).

Iniciada a sessão, o Senhor **Presidente Luis Capoulas Santos** deu as boas vindas aos convidados, o Senhor Omar Mih, acompanhado na ocasião pela Dr.ª Luísa Teotónio Pereira, da Associação de Amizade Portugal - Sahara Ocidental. Após explicação sumária acerca da metodologia adotada para a reunião, foi concedida a palavra ao Senhor Mih para a sua alocução inicial.

Nesta, foi feito um ponto de situação quanto à atualidade do conflito em apreço. Foi sinalizada a existência de recursos económicos relevantes, relativamente aos quais Marrocos dificilmente pretende abrir mão, com realce para as pescas e seus derivados, e hidrocarbonetos (designadamente gás natural). Sublinhou o facto de o referendo sobre a autodeterminação do território se mantém há 30 anos por realizar, dado o protelamento promovido por Marrocos que permanece incumprindo a resolução da ONU respeitante ao mesmo. Entretanto, aumenta o número de presos políticos nas cadeias, o que tem vindo a motivar um recrudescimento de ações armadas por parte de grupos simpatizantes da causa do Sahara Ocidental, potenciando o escalar de um conflito que a Frente não deseja e pretende evitar. Relembrou, por fim, o papel determinante de Portugal na resolução do problema, em tudo idêntico, de Timor-Leste, pedindo semelhante empenhamento político português e convidando uma delegação parlamentar a visitar a região.

De seguida, intervieram os Deputados:

Carla Miranda (PS), Pedro Bacelar Vasconcelos (PS), Isabel Meireles (PSD), José Manuel Pureza (BE), João Oliveira (PCP) e Nuno Carvalho (PSD)

Devolvida a palavra ao Senhor Mih, foi por este referido existirem já antecedentes jurisprudenciais do Tribunal de Justiça da União Europeia, conferindo tutela jurídica às pretensões da Frente Polisário, relativamente ao território em causa, designadamente, excluindo da esfera de disponibilidade soberana de Marrocos o território sob disputa, com consequências ao nível de diversos acordos de natureza económica celebrados com estados terceiros. Pretende, futuramente, que a negociação e execução de todos os acordos, independentemente da sua natureza e tipologia, sejam participados pelos legítimos representantes do povo sahari. Sublinhou que não existe, subjacente a este problema, qualquer questão ou reivindicação de cariz étnico, mais tendo referido que a Frente não é uma organização terrorista, nunca o foi e repudia frontalmente tal abordagem, pois partilha com os países ocidentais os valores de Direitos Humanos. Apenas pretende que o referendo sobre a autodeterminação do território venha a ocorrer. Terminou, estabelecendo um paralelo entre outros casos de ocupação *de facto*, entretanto resolvidos com a participação das antigas potências coloniais: Belize, relativamente à Guatemala, Timor-Leste, relativamente à Indonésia e a Namíbia, relativamente à África do Sul. Em todos estes casos, o Reino Unido, Portugal e a Alemanha, intervieram no sentido de assegurar a



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

autodeterminação do território. Apenas persiste, o caso do Sahara Ocidental, por resolver desde 1975, aquando do abandono do território pela Espanha.

A terminar, o Senhor Presidente relembrou estar prestes a iniciar-se a Sessão Plenária, motivo pelo qual deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença dos convidados., essencial à compreensão do estado atual do problema em apreço.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a audiência pelas catorze horas e cinquenta e cinco minutos.

Palácio de S. Bento, 16 de setembro de 2021

**Pelo Presidente da CNECP
(Carla Miranda)**

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/10/2021.